

FLETCHER, Richard. *Em busca de El Cid*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora da Unesp, 2002. 292 p.

*Ruy de Oliveira Andrade Filho\**

O livro de Robert Fletcher vem retomar a figura de El Cid. Um personagem fulcral, enquadrado no âmbito das sensibilidades coletivas – no caso, um contraditório herói da Idade Média hispânica –, que se articula com realidades sociais concretas, historicamente dadas. O autor divide sua obra em duas partes: na primeira, numeradas de 1 a 6 (1- O problema e o método, p. 13-20; 2- Al-Andaluz, p. 21-41; 3- O rompimento do colar, p. 43-61; 4- Os herdeiros dos visigodos, p.63-80; 5- Poucos homens numa terra pequena, p. 81-100; e 6- Contemporâneos, p. 101-115), procura-se gerar o clima em que antecederia o aparecimento do Cid. Entremeada entre esta parte e a segunda, encontramos uma sétima parte, denominada “intervalo”, em que R. Fletcher se propõe a analisar as fontes sobre seu personagem, Rodrigo Díaz de Vivar (p. 119-146), onde estão agregadas 17 ilustrações (p. 137-146). Na segunda parte, finalmente encontramos, em cinco apartados, numerados de 8 a 12, a figura do Cid (8- O campeão, p. 149-169; 9- Exílio em Saragoça, p. 171-193; 10- A invasão almorávida, p. 195-220; 11- O príncipe de Valência, p. 221-245; e 12- Meu Cid de Vivar, p. 247-269). Segue-se, após o 12º apartado, uma pequena bibliografia comentada para cada uma das partes (p. 271-280); as genealogias das famílias reais de Leão e Castela e de Aragão (p. 281), dos governadores de Valência (p. 282) e dos Banu Hud de Saragoça (p. 283). O livro conta ainda com cinco

---

\* Professor da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis.

mapas: “A Espanha na Juventude de El Cid – cerca de 1060” (p. 61); “Castela” (p. 80), “Aragão, Catalunha e o Vale do Ebro” (p. 169), “O Império Almorávida” (p. 193) e “O Levante Espanhol” (p. 220). A obra se encerra com um índice remissivo (p. 285-289).

Elaborada essa avaliação quantitativa, devemos, antes de prosseguir, destacar alguns graves problemas de tradução. Um deles é o da uniformidade na opção da nomenclatura: ou deixar o nome no original ou traduzi-lo. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres chega a aporuguesar os nomes de soberanos hispânicos: os Alfonsos tornam-se Afonsos; entretanto, apenas para citarmos alguns exemplos, o soberano visigodo Rodrigo é citado como Roderic. Outro, o rei Recesvinto aparece grafado como Recceswinth, e Sisebuto, como Sisebut. Os “carolíngios”, em diversos momentos, aparecem como “carolíngios”. Na página 102, o rei Haroldo II, da Inglaterra, aparece como Harold II; na página 109, encontramos vários exemplos, como “Robert [Roberto], o filho de Tancred [Tancredo] de Hauteville, apelidado de Guiscard, o ‘Astuto’”, Bohemond [Boemundo], Dona Ximena grafada como Jimena, apenas para citar alguns casos, que são freqüentes.

Também é certo que, quando lidamos com o idioma árabe, muitas vezes nos defrontamos com termos ou palavras que não possuem um correspondente em nossa língua. Todavia, não é o caso das famosas dinastias do Islã Clássico, como os Omíadas e os Abássidas, citados, respectivamente como “Umayyad” e “Abbasid”. Apesar de correto, os termos “amir” e “amirato” não são utilizados pelos autores de língua portuguesa, que se utilizam dos termos “emir” e “emirato”. Outro erro, dessa vez de maior gravidade, é quando passa a ser traduzida a parte posterior à queda do Califado de Córdoba e montam-se os chamados “reinos de *taifas*” que, por três vezes, se estruturaram na Península: após a queda do Califado de Córdoba, com o fim da dominação de Almorávidas e Almôadas. Apenas na p. 46, a título de exemplo do que ocorre noutras partes, encontramos “os principados *taifa*”, “os reinos *taifa*”, “estados e dinastias *taifa*”. Esse erro encontra-se também na legenda do mapa da p. 60, da p. 169 em que se lê: “estados *taifa*”. No mapa da p. 193, sobre o Império Almorávida, a cidade de Sevilha foi mantida em sua forma francesa, “Seville”. É, também, para ser considerada, mesmo que, para um grande público, a utilização de termos e expressões. É o caso de “arrastão” (p. 231), que se refere aos saques praticados pelo Cid. Para não nos alongarmos,

citamos um último exemplo de má tradução ou má escrita (não tivemos acesso ao original): por duas vezes, à p. 243, o termo latino *optimates* aparece como *obtimates*... Talvez problemas de uma tradução apressada!

Qualitativamente, em seu apartado I.1, o autor deixa claro:

Este não é um livro destinado a uma leitura acadêmica. Isso não significa que não se pretenda que ele se sustente diante de um exame acadêmico: espero que sim, mas se ele se sustenta ou não cabe a outros julgar. (p. 18)

Nessa primeira parte, “O problema e o método”, encontra-se uma das mais instigantes partes dessa obra, especialmente quando R. Fletcher menciona que “nos tempos de Rodrigo, havia pouco ou talvez nenhum senso de nacionalidade, de cruzada ou de reconquista nos reinos cristãos da Espanha” (p. 14). Infere-se, nesse momento, uma postura diversa da monumental obra do hispanista Ramon Menéndez Pidal, *La España Del Cid*, publicada pela primeira vez em 1929. De fato, como o próprio R. Fletcher nos aponta mais à frente, a obra de Ramon Menéndez Pidal vem a ser uma obra de grande erudição, marcada pela época em que foi escrita e, em cuja

parte retórica de sua argumentação residia em sua afirmação, muitas vezes repetida, de que havia, no Cid, algo de “verdadeiramente” nacional e espanhol. Ele escreveu numa época – que, em alguns casos ainda não passou – em que os historiadores espanhóis preocupavam-se em identificar e delinear a essência ou a alma da hispanidade. (p. 16)

O *homo hispanicus* como chamaria Cláudio Sánchez-Albonoz, em sua obra *España, un enigma histórico*, veio à luz, pela primeira vez, em 1956.

Outro dado significativo dessa primeira parte é a questão do Cid como um mercenário (“que hoje possui conotações pejorativas”) ou não (p. 14), tema que o autor retoma em seus últimos capítulos. É importante decifrarmos o termo em sua própria época. O *Dicionário crítico-etimológico*, de J. Corominas, faz o termo derivar de mercê: paga, recompensa. Este é também o sentido que encontramos na obra de Olegário García de la Fuente, *El latín bíblico y el español medieval hasta el*

1300. I. Gonzalo de Berceo. Ele acrescenta que o latim clássico já emprega às vezes a palavra *merces* em sentido figurado, deixando claro que apenas os escritores cristãos a empregaram no sentido de “recompensa em um outro mundo” (p. 246). Por fim, o autor decide que “mercenário” será utilizado “no sentido neutro de ‘aquele que serve mediante pagamento’” (p. 14).

R. Fletcher chama a nossa atenção:

Em diversos pontos desse livro criticarei, de forma explícita ou implícita, a interpretação do Cid e de sua época apresentada por Menéndez Pidal [...] que continuo a ver [...] como um dos maiores medievalistas dos tempos modernos, cuja erudição deve sempre inspirar respeito. (p. 15-16)

Também deixa claro que não realizará uma biografia, “em qualquer das acepções normais do termo” (p. 17). Todavia, ao adentrarmos na primeira parte, dos itens 2 a 6, nos defrontamos com uma tentativa extremamente malsucedida de compor um panorama histórico da Hispânia, desde a época visigoda até a formação dos reinos cristãos no norte da Península. Os textos de cada um dos apartados são cheios de digressões, sem coesão ou coerência, incorrendo em erros banais. É o caso, por exemplo, na p. 26, falar em “reinos visigodos” e apresentar uma versão extremamente simplista e errônea da queda do reino, um problema até hoje discutido pela historiografia especializada. Ao tratar da montagem do Emirato de Córdoba, não hesita em mencionar que “Abd al-Rahman”, após uma série de “eletrizantes aventuras” (p. 28), consegue chegar à Espanha em 756... Também de forma simplista, observa o episódio dos “Mártires de Córdoba”, em que os cristãos sob domínio muçulmano, chamados moçárabes, tentam enfrentar, em nome de sua religião, a tolerante autoridade islâmica, num episódio que designa como “bizarro” (p. 29). Paralisa muitas de suas explanações para narrar episódios anedóticos ou comentários como na p. 33: “Pensem como seria desolador um mundo sem limões e espinafres”(!!). Seus apartados são repletos de nomes, datas, locais, e o primeiro mapa só aparece na p. 61.

Mesmo dizendo não se tratar de um livro acadêmico, um leigo que se dispuser a lê-lo logo se veria desesperadamente perdido em meio a tantos fatos, datas, nomes, lugares, digressões e especulações, sem

contar com a extrema superficialidade e falta de articulação ou coerência com que Richard Fletcher propõe-se a montar um esboço histórico de circunstanciamento antes do aparecimento do Cid. Tal é o que encontramos na primeira parte, desde o apartado 2 até o 6.

O tratamento das fontes, no “Intervalo”, parte 7 (p. 119-137), é relevante. Nela, com senso didático e crítico, Richard Fletcher reflete sobre as fontes que possui para traçar a figura de Rodrigo Díaz de Vivar, o Cid. As considerações permanecem dentro de uma seriedade às vezes convincente, e são melhores nas descrições que nas análises. Apesar de tudo, ainda notam-se alguns erros notórios como, por exemplo, mencionar que a Hispânia visigótica deixara tão-somente três hagiografias que sobreviveram até nós (p. 121). Poderíamos começar citando a *Vida e martírio de São Desidério*, *A vida de Santo Emiliano*, o *Confessor*, *As vidas dos santos padres de Mérida*, *A vida de Frutuoso de Braga*, os *De viris illustribus*, de Isidoro de Sevilha e de Ildefonso de Toledo, e já contamos mais de três... Uma obra que se pretende simples não deve perder, por isso, seu rigor e tornar-se simplista...

A segunda parte, apartados de 8 a 12, realiza exatamente aquilo que seu autor diz que não faria: uma biografia, também cheia de episódios anedóticos, digressões, profusão de nomes, datas e lugares, ausência de coesão e coerência. Há também diversas passagens em que o autor julga a história ao aceitar o governador al-Qadir como “incompetente” (p. 207), que Yusuf pretendia recapturar Toledo porque se encontrava “com disposição vingativa” (p. 213). Há passagens extremamente significativas como mencionar, entre parênteses que a viúva Zaida “pouco depois tornou-se amante de Afonso VI” (p. 214), esta última, aliás, em especial, vital para encontrarmos o verdadeiro Cid!!!... As idéias que R. Fletcher professa são apresentadas sem uma adequada argumentação, chegando mesmo ao extremo descritivo de querer remontar a Valência do Cid (p. 221-227).

Por fim, apresenta um parco levantamento bibliográfico para cada um de seus apartados, esquecendo-se de obras já clássicas como as de Cláudio Sánchez-Albornoz, Américo Castro, José Antonio Maravall, Hilário Franco Júnior, Adeline Rucquoi, J. A. García de Cortazar, A. Barbero e M. Vigil, Vicente Cantarino, D. e J. Sourdell, Reyna Pastor de Togneri, dentre outras tantas para assuntos citados como ainda inéditos, que talvez sejam, mas para ele!...

Como conclusão, diríamos ao leitor que, apesar de antiga e já bastante criticada, quem desejar buscar El Cid deve remontar à monumental obra de R. Menéndez Pidal e lê-la com cautela, em virtude de ser uma obra de época e que trabalha com documentos diversos dos que aqui foram apresentados por Richard Fletcher.